

Estudo Técnico Preliminar 16/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08339.000818/2025-89

2. Descrição da necessidade

- 2.1. Aquisição de armas não letais, tipo airsoft para atendimento das necessidades da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã-MS e Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 2.2. A Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã-MS e Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul tem buscado aprimorar o treinamento de seus servidores com a utilização de equipamentos modernos, mais seguros, padronizados e visando excelência em capacitação nas técnicas de abordagem, entrada em edificações, progressão em áreas de conflito e sobrevivência policial.
- 2.3. A utilização das armas airsoft tornou-se uma excelente ferramenta que proporciona aproximação dos treinamentos com a realidade que os policiais encontrarão em atividades profissionais, com destaque ao baixo custo operacional, segurança e munição não letal conforme sugere a legislação vigente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NAD/DPF/PPA/MS	Fabio Cristiano Felippin

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Os requisitos da contratação serão delineados no Termo de Referência e Edital do Pregão SRP correspondente, para aquisição de armas não letais, tipo airsoft para atendimento das necessidades da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã-MS e Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 4.2. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, mais especificamente prevista no art 5º da referida IN:
- I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Por se tratar de aquisição de armamento não letal, a empresa deverá observar o disposto no Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que regula os produtos controlados e Portaria no 118/2019 do Comando Logístico do Exército (COLOG), que dispõe sobre a lista de Produtos Controlados pelo Exército.

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de Mercado

5.1. Inicialmente, foi realizado um levantamento amplo do mercado, conforme demanda apresentada, verificando se os materiais solicitados atendem de forma satisfatória aos fins aos quais serão destinados (treinamento de servidores) ou se existiam outras materiais que poderiam substituir aqueles solicitados. Após pesquisa, verificou-se que os materiais atendem de forma eficiente aos fins destinados e não há outros materiais econômicos que possam substituí-los.

5.2. Após, foi verificado os preços apresentados no mercado, principalmente dos sites especializados na venda dos itens solicitados e aquisições de outros órgãos públicos.

5.3. Próximo passo, foi a pesquisa de preços no site Compras.gov.br, o qual foram colhidas as medianas apresentadas e juntadas com os preços de compras realizadas por outros órgãos públicos, sites especializados na venda dos itens solicitados e pesquisa direta em fornecedor especializado na venda dos itens solicitados, resultando no preço médio, consignado no presente Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

5.4. As pesquisas de preços foram realizadas observando os incisos I, II, III e IV, parágrafo 1º, do art. 23, da Lei 14.133/2021 e conforme as orientações contidas na IN SEGES nº 65/2021, art. 5º, inciso I, II, III e IV.

5.5. Não foram utilizadas as metodologias da Lei 14.133/2021, art. 23, parágrafo primeiro, inciso V e IN SEGES nº 65/2021, art. 5º, inciso V.

5.6. Foram utilizados 04 (quatro) parâmetros para a pesquisa de preços:

I - composição de **custos unitários menores ou iguais à mediana** do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - **contratações similares feitas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de **pesquisa publicada em mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - **pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. Cabe ressaltar, que foi solicitado apenas 01 (um) orçamento com empresa especializada na venda dos produtos a serem adquiridos.

5.7. Foram desprezados preços inexequíveis, tanto acima, quanto abaixo aos praticados no mercado, para evitar que o preço de referência adotado não seja condizente com os preços praticados no mercado.

5.8. Metodologia detalhada:

A) Itens 01 e 02 - foram utilizadas a mediana da pesquisa realizada no site Compras.gov.br, contratação similar realizada pela Administração Pública, pesquisa em sítios eletrônicos, especializados ou de domínio amplo e pesquisa direta com fornecedor.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã-MS exerce jurisdição de Polícia Judiciária Federal na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, desempenhando um papel estratégico no combate ao crime organizado na região. De igual relevância é a atuação da

Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, que coordena e apoia as ações desenvolvidas no âmbito estadual.

6.2. Considerando a complexidade e os desafios inerentes à atividade policial em área de fronteira, é imprescindível que o efetivo policial receba treinamento contínuo e específico. Tal preparação visa garantir a capacitação necessária para enfrentar com eficácia as adversidades do cotidiano operacional, assegurando a eficiência e a segurança das ações desenvolvidas.

6.3. Conforme demandas apresentadas, trata-se de materiais que serão utilizados em treinamento de servidores da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã - MS e Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.

6.4. Consta-se que a única forma de atendimento da demanda é a aquisição, preferencialmente por meio de licitação na modalidade Pregão SRP, com fornecedores que atendam todos os requisitos exigidos no processo licitatório.

6.5. Abaixo segue a necessidade total dos materiais demandados pela Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã - MS e Superintendência Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul:

ITEM	Código CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	Quant total DPF/ PPA/ MS	Quant total SR/ PF/ MS	Quant total geral	Valor máximo aceitável	Valor total	Exclusivo para ME /EPP
MATERIAL PERMANENTE									
44.90.52-14-ARMAMENTOS									
1	603811	Pistola de Airsoft tipo Glock, modelo R18, cor preta, ação por green gás, modo de disparo automático e semi-automático, velocidade não inferior a 300 FPS com BB's de 0,20g, calibre de 6mm, capacidade de magazine não inferior a 22 bbs, peso bruto da pistola não inferior a 700 g, slide em metal, alça e maça de mira, recarregador Speed Loader compatível. Acabamento do cano: latão, acabamento do ferrolho: metal. <u>Cada arma deve vir acompanhada dos seguintes itens:</u> 01) Carregador reserva do mesmo modelo utilizado na arma. 02) Mínimo de 4.000 BBS de 20 g 03) Mínimo 01 (um) tubo de green gás. 04) Manual da arma Garantia mínima: 3 meses.	UND	30	15	45	1903,27	85647,15	NÃO

2	603811	Pistola de Airsoft tipo Glock, modelo R18, cor preta, ação por green gás, modo de disparo automático e semi-automático, velocidade não inferior a 300 FPS com BB's de 0,20g, calibre de 6mm, capacidade de magazine não inferior a 22 bbs, peso bruto da pistola não inferior a 700 g, slide em metal, alça e maça de mira, recarregador Speed Loader compatível. Acabamento do cano: latão, acabamento do ferrolho: metal. Cada arma deve vir acompanhada dos seguintes itens: 01) Carregador reserva do mesmo modelo utilizado na arma. 02) Mínimo de 4.000 BBS de 20 g 03) Mínimo 01 (um) tubo de green gás. 04) Manual da arma Garantia mínima: 3 meses.	UND	0	15	15	1903,27	28549,05	SIM
VALOR TOTAL								114.196,20	

6.6. Processo de aquisição será do tipo híbrida, item 01 destinado a qualquer tipo de empresa e item 02 destinado exclusivamente às Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.7. Os bens do presente processo de aquisição classificam-se como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, art 6º, inciso XIII).

6.8. O prazo de vigência da (s) Ata (s) poderá (ão) ser prorrogada (s) por mais 01 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84, Lei 14.133/21).

6.9. Ao final do primeiro ano de validade da ata, caso haja prorrogação da mesma, a quantidade de itens poderá ser renovada na mesma quantidade inicialmente registrada, conforme Despacho nº 298/2025/CONJUR-MJSP/CGU/AGU, SEI 39719119.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade de materiais a serem adquiridos foi baseada em pedido constante no processos SEI: 08339.001856/2024-78, realizado pela Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã - MS.

7.2. Houve contato direto com o servidor PCF Arnaldo Mendonça Júnior, via Teams, na data de 03 de junho de 2025, o qual manifestou interesse na inclusão de 30 (trinta) unidades para Superintendência da Polícia Federal no MS.

7.3. Cabe ressaltar, que a quantidade de itens solicitados no presente processo de aquisição, atende a Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã - MS (DPF/PPA/MS) e Superintendência da Polícia Federal no MS (SR/PF/MS) para o período de 01 (um) ano, caso seja realizada a prorrogação da ata, nos termos da legislação vigente, essas quantidades serão renovadas na mesma quantidade inicialmente consignada. Cabe ressaltar, que a maioria dos materiais serão adquiridos de forma imediata, podendo ficar pequenas quantidades a serem entregues posteriormente.

7.4. O prazo de vigência da (s) Ata (s) poderá (ão) ser prorrogada (s) por mais 01 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84, Lei 14.133/21).

7.5. Ao final do primeiro ano de validade da ata, caso haja prorrogação da mesma, a quantidade de itens poderá ser renovada na mesma quantidade inicialmente registrada, conforme Despacho nº 298/2025/CONJUR-MJSP/CGU/AGU, SEI 39719119.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 114.196,20

8.1. O custo estimado para aquisição é de R\$ 114.196,20 (cento e quatorze mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento ou não da solução encontra previsão na Lei 14.133/2021, art. 40, § 2º, incisos I, II e III, onde deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.2. Os itens serão adquiridos de forma unitária, conforme item 6.5, do presente Estudo Técnico Preliminar.

9.3. Com relação à entrega, conforme Lei 14.133/2021, art. 40, inciso V, b, poderá a solução ser parcelada quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para Administração.

9.4. No caso da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã - MS e Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul é notória a falta de espaços para armazenagem e condicionamento de todos os itens que serão adquiridos. Diante disso, é viável a entrega parcelada dos itens por parte da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição dos materiais em questão encontram alinhamento entre a contratação e planejamento, haja vista a previsão no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC 2025), DFD 75/2024-DPF/PPA/MS.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição dos presentes materiais visa o treinamento dos policiais da lotados na Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã - MS e Superintendência Regional no Estado do Mato Grosso do Sul.

12.2. A aquisição será de suma importância para o treinamento dos servidores especificados no item 12.1 e atende às diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pela Polícia Federal.

12.3. Com treinamento realizado com equipamentos adequados, modernos, a Polícia Federal terá maior eficiência no combate ao crime organizado, que resultará em benefícios para sociedade como um todo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Instruir inicialmente o processo, com a solicitação da aquisição, pesquisas de preços, Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Termo de Referência, após, encaminhar ao Senhor Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã-MS e posteriormente ao Senhor Chefe do SELOG/SR/PF/MS, que encaminhará ao Excelentíssimo Senhor Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul, para assinatura e posterior envio à Comissão Permanente de Licitação (CPL).

13.2. Acompanhar todas as fases do processo até sua finalização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os bens a serem adquiridos deverão obedecer à critérios de sustentabilidade ambiental, conforme previsão em normativos vigentes. Os detalhes relativos à critérios de sustentabilidade ambiental serão delineados no Termo de Referência a ser futuramente confeccionado.

14.2. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, mais especificamente prevista no art 5º da referida IN, conforme delineado no item 4.2, deste Estudo Técnico Preliminar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme experiências de outros órgãos públicos, na aquisição dos materiais solicitados, inclusive de Unidades Gestoras da internas da Polícia Federal, com obtenção de bons resultados, esse Núcleo Administrativo declara viável a presente aquisição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO CRISTIANO FELIPPIN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/06/2025 às 14:19:13.